



## OS JOVENS E AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO: análise do perfil social dos estudantes do Projovem

Uslan Junior de Sousa Mesquita<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como propósito refletir sobre as implicações das transformações no mundo do trabalho e os efeitos do desemprego principalmente entre os jovens, tendo em vista o descompasso estratégico do mundo capitalista e suas políticas de racionalização da produtividade. Os projetos políticos voltados para a inclusão de segmentos tidos como vulneráveis e/ou em vias de marginalização são interpretados como estratégias político-sociais em construção ao mesmo tempo em que evidenciam suas contradições e limites. Neste sentido percebemos o Projovem como um esforço das organizações sociais e do estado, em conformidade com as pressões políticas e econômicas, para “resgatar” parte dessa juventude desestruturada. Nos interessa pensar os elementos que ficam à margem dessas iniciativas em função dos limites e critérios das políticas sociais nesse jogo paradoxal que representa a construção da cidadania nos moldes liberais.

**Palavras-chave:** Desemprego, inclusão/exclusão, juventudes, políticas públicas, Projovem.

**Abstracts:** The present work has as intention to mainly reflect on the implications of the transformations in the world of the work and the effect of the unemployment between the young, in view of the strategical exaggeration of the capitalist world and its politics of rationalization of the productivity. The projects politicians directed toward the inclusion of had segments as vulnerable and/or in ways of marginalization are interpreted as social politician strategies in construction at the same time where they evidence its contradictions and limits. In this direction we perceive Projovem as an effort of the social organizations and the state, in compliance with the pressures economic politics and, “to rescue” part of this desestrutured youth. It interests in to think them the elements that are to the edge of these initiatives in function of the limits and criteria of the social politics about this paradoxical game that represents the construction of the citizenship in the liberal molds.

**Key words:** Unemployment, inclusion/public exclusion, youths, politics, Projovem.

---

<sup>1</sup> Graduando. Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: uslan.historia@yahoo.com.br



## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu como uma espécie de auto-reflexão, num momento em que o protagonismo juvenil embalava um conjunto de discussões sobre a situação dos jovens brasileiros numa conjuntura de reivindicações que se acirraram a partir da formulação e exposição das condições de abandono desses atores sociais.

O estudo do fenômeno, aqui chamado de reestruturação produtiva e a questão do trabalho, bem como seus efeitos regionais, se entrelaçam e servem de base para emprendermos uma investigação que busca pensar a situação dos jovens no meio dessas engrenagens. Através deste estudo analisamos as transformações no mundo do trabalho e seus impactos nas políticas de trabalho, particularmente, para os segmentos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos. Nas últimas duas décadas a desigualdade e o desemprego, esboçado pelas estratégias da reestruturação produtiva, em resposta às alternativas neoliberais, segundo Perry Anderson (1995) produziram diversas formas de exclusão social, fenômeno que se intensifica nos países periféricos, muito embora nestas sociedades os efeitos se mostrem socialmente mais perversos. As políticas de inclusão que se propõem reintegrar esses segmentos identificados como um público vulnerável ainda apresentam muitas lacunas.

A “modernidade capitalista” no Maranhão convive com os extremos da sua contradição acirrando problemas estruturais. De acordo com o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano - o Maranhão é o Estado mais pobre da federação, ocupando a 69ª posição num ranking de miséria mundial. O perfil da população é filtrado por esses dados que identificam 52,9% das famílias abaixo da “linha de pobreza” com renda de até meio salário mínimo.

Estudos do IBGE apontam que dos 100 municípios brasileiros com o menor IDH 36 estão no Maranhão. A Fundação Getúlio Vargas verificou que 62,4% da população maranhense vive abaixo da linha de pobreza com menos de R\$80,00 mensal.

Quanto à distribuição da riqueza o IBGE aponta outras cifras hiperbólicas: os 50% mais pobres ficavam com 16,4%, enquanto os 1% mais ricos com 15,8% da renda em 1999 numa amostra de altíssima concentração de renda (SOUSA, 2002). O contingente populacional do município de São Luís, segundo dados do Censo 2007 – IBGE é de 957.899 habitantes sendo a população jovem responde 63,87% (555.709 habitantes) com idade inferior a 29 anos, 40,17% (375.624) são menores de 19 anos. O município apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,733. (Diário Oficial da União 05/10/07).



Este cenário, sombrio, esboçado pelos indicadores sociais não pode ser compreendido sem que se considere as políticas de desenvolvimento ou a ausência destas nos vários governos que se sucedem. É nesta conjuntura que aparece e ganha dimensão, tendo por epicentro o cenário nacional, a força política da juventude como demanda emergencial de políticas públicas. Em um só tempo, esses mecanismos de ação e controle social, tentam reverter o processo de exclusão desse segmento.

## 2.O PERFIL DA JUVENTUDE

Pesquisas recentes apontam que no Brasil há uma população em torno de 33,85 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, sendo que 19% não trabalhavam nem estudavam em 2003. Quando se faz o recorte para os negros e as mulheres jovens, esse percentual sobe para 21% e 26%, respectivamente (IBGE, 2003) [Pnad, 2003]; (IPEA, 2005).

Assim, as juventudes representam uma grande parcela social que enfrenta posição desfavorável no mercado de trabalho. De acordo com Pochmann (2000) “os dados da situação juvenil brasileira são o tamanho e o perfil do desemprego juvenil assim como o aumento do desassalariamento e das ocupações precárias”(IPEA,2003). Estudos sobre a participação dos jovens no sistema produtivo, tem dado conta de um declínio paralelo a um exponencial processo de precarização do mundo do trabalho. Segundo o IBGE(2001 a 2004) a participação do segmento juvenil no conjunto geral da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira passou de 24,7% para 23,9%, havendo um decréscimo de 0,8%.

Em 2006, os índices de desemprego entre os jovens não só permaneceram altos, mas também aumentaram em relação a 2003. Dados do Dieese, reafirmam essa tendência mostrando que em setembro de 2006, o desemprego entre os jovens era de 31,8%, o que corresponde a quase o triplo do existente entre as pessoas com 25 anos ou mais que é de 12,7%. Além disso, a grande maioria dos jovens não consegue conciliar trabalho e estudo. Segundo Pochmann (2007 ) publicação do IPEA) a quantidade de jovens desempregados em 2005 cresceu cerca de 107% em 10 anos. Os gráficos demonstram que o desemprego não se distribui de maneira homogênea, variando de acordo com a região, gênero, anos de estudo e cor.



O desemprego entre os jovens no Maranhão coaduna-se a este quadro de precariedades, marcado tanto pelos baixos níveis educacionais quanto pela falta de ocupações. A inexistência de perspectivas favoráveis obriga cada vez mais os jovens a buscarem alternativas, normalmente, migrando para os grandes centros, onde se sujeitam a subempregos e formas análogas à escravidão. Nesse ponto a Delegacia Regional do Trabalho denuncia que, “quase 40% da mão-de-obra escrava utilizada no Brasil sai do Maranhão” (DRT, 2004).

O próprio mercado de trabalho se configura como um dos vetores das desigualdades sociais, na medida em que não tem favorecido a inserção dos segmentos juvenis nos postos de trabalho. A alegação é de “o emprego existe, o jovem é que não aceita as condições colocadas, daí o investimento em qualificação, redução dos custos de trabalho, flexibilização dos contratos etc. Restritas, então, ao comportamento do mercado de trabalho, as iniciativas públicas, assumem o caráter de políticas compensatórias por não se articularem às saídas macro-econômicas.

O processo histórico que culmina nesta situação pode ser pensado, num recorte contemporâneo, a partir dos anos 1950, em que a economia maranhense intensifica a sua articulação com o capitalismo industrial, adquirindo dimensão no período militar com as políticas desenvolvimentistas, em que se observa o agravamento das desigualdades regionais. Os grupos oligárquicos locais apropriaram-se dos espaços produtivos, tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, quilombolas e camponeses, empreendendo uma campanha de venda das terras públicas, recorrendo à máquina do estado e forjando instrumentos legais, reduzindo, dessa forma, a terra a simples “reserva de valor”. Os cercamentos dos campos foram acompanhados por um processo de intensas lutas entre empresários e camponeses, que culminaram com a migração dessas populações para os grandes centros. Com a instauração da “lei de terra” em 1970 pelo Governo Sarney agudizou esse processo.

Nos anos 1980, mudanças significativas ocorreram na economia maranhense com a implantação de grandes projetos no Maranhão: Ferro Carajás (CVRD) e ALCOA. Estes investimentos, no entanto, não geraram um pólo industrial autônomo, embora tenham proporcionado um forte impacto sobre as classes trabalhadoras, o que forçou a elaboração de estratégias de lutas e resistências popular e sindical (Barbosa, 2002: 106). Ainda de acordo com a autora:



com a expulsão do pequeno produtor, mais uma vez o assalariamento na cidade tornava-se a única alternativa de sobrevivência. Com pouca qualificação, estes trabalhadores se dirigiam para as maiores cidades do Estado, em particular São Luís e Imperatriz, revigorando várias formas de banditismo social ou do crime organizado.

Torna-se visível, desta forma, o quadro de desenvolvimento econômico desigual e combinado que implica nos bolsões de miséria que coexistem, num mesmo espaço, apesar das fronteiras simbólicas, ao lado de uma ascendente e limitada classe média.

As áreas periféricas de São Luís entram num intenso processo de inchamento populacional que passa a ser controlado e combatido, a princípio, como problema policial de ocupação de terras e posteriormente, oprimido pelo mesmo sistema que passa a encarar os “marginais” como agentes destruidores da ordem.

As organizações estatais e a sociedade civil, nos mais diferentes setores, traçam formas de intervir positivamente, ora duelando, ora dialogando na construção de alternativas. De modo geral, a população jovem, tem experimentado sucessivas ações dos governos não necessariamente comprometidos com mudanças estruturais.

### **3.AS POLITICAS DE INCLUSAO: O ProJovem**

O Projovem surge como propósito de atender um contingente elevado de jovens desprovido de educação básica, qualificação profissional e em vias de exclusão do contexto familiar e social. Resultante de um elaborado trabalho sobre a situação dos jovens no Brasil no início do século. Lançado em 02 de fevereiro de 2005 com a lei nº. 11.129 que criava, também, o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ).

A meta inicial era incluir 200 mil jovens em 2005 - segundo dados do governo esse número representa só 20% de um universo de mais de um milhão na condição de desemprego, subemprego e pouca ou nenhuma escolaridade - por meio da realização de um curso de 12 meses.

O relatório parcial do primeiro ano de funcionamento nos permite tirar algumas conclusões. De acordo com a PNAD 2003 o Projovem está adequado à faixa etária apontada como mais vulnerável e carente de políticas específicas. Em um ano atendeu 171.642 jovens



matriculados nas capitais e 30.551 nas regiões metropolitanas num total de 202.193 alunos. O perfil social dos jovens, também, é sondado e confirma a silenciosa e violenta desigualdade sustentada no racismo e no sexismo. De acordo com os dados, 70% são negros ou pardos e o número de mulheres responde por mais da metade com 53%.

#### **4. O Pro- jovem em São Luís**

Quanto ao perfil sociológico da juventude maranhense o percentual está em torno de 16% abrangendo jovens, entre 18 a 24 anos, freqüentando as primeiras 4 séries do ensino fundamental com defasagem escolar de 3 anos ou mais. As causas estão relacionadas a fatores como renda, qualidade de vida e oferta de ensino. Na coleta de dados utilizou-se entrevistas e aplicação de questionários. A amostra estudada foi o grupo de jovens (18 a 25 anos), moradores do bairro Cidade Olímpica, na periferia de São Luís. O Núcleo analisado funciona nas instalações da (U.E.B) Jornalista Ribamar Bogéa que atende 150 alunos no turno noturno.

Com base nestas informações a nossa pesquisa pautou-se na análise da metodologia do programa numa tentativa de levantar algumas características dos participantes. O perfil dos jovens que ingressam no ProJovem, é em sua grande maioria natural do interior do Estado, provenientes das regiões centro-oeste, leste e norte maranhense. Numa amostragem de dez (10) alunos entrevistados, somente três (03) declararam ter nascido na capital. Em consonância com o relatório geral do Pro- jovem pudemos confirmar o predomínio de um público com baixo poder aquisitivo e escolaridade interrompida. Através da aplicação de questionário aberto buscamos captar e entender as causas para o inter-rompimento do processo de escolarização, bem como as razões para o retorno à sala de aula.

A história de vida dos cursistas do programa é marcada por um processo progressivo de exclusão que inclui: gravidez precoce, desemprego e falta de qualificação e oportunidade; quanto a cor da pele, definem-se e consideram-se, em sua maioria, como morenos diferentemente das rotulações de alguns órgãos de pesquisa que generalizam esse aspecto da consciência.

A maioria vive com familiares ou com parentes. Em geral as famílias possuem renda entre ½ e 2 salários (variando de R\$ 190,00 e R\$ 760,00). A ocupação dos pais é normalmente



doméstica, feirante ou ajudante de pedreiro. Com idade entre 19 e 25 alguns já são pais de família.

Com baixa escolaridade esses jovens possuem quase ou nenhuma qualificação. Geralmente estão desocupados ou inserido de maneira precária no mercado de trabalho. Esta situação se reflete num comportamento violento relacionado com a baixa auto-estima. Para a coordenação local *“alguns já (estavam) sem nenhuma perspectiva ou projeto de vida.* Consideram a escolaridade um fator importante para a obtenção de emprego. Todos já definiram qual profissão querem exercer. As mulheres optaram, dentro do Arco Serviços Pessoais, a ocupação de cabeleireiro e recepcionista. Entre os homens as ocupações electricista e guia turístico.

Para a população juvenil o ProJovem representa uma oportunidade para prosseguir nos estudos, ressaltando a qualificação profissional e, dando pouca importância aos aspectos referentes a cidadania. A crítica que fazem que as aulas deveriam possuir um conteúdo mais abrangente. O principal atrativo para ingressarem no Pro- Jovem, ( oscila entre maioria e minoria ) é a oportunidade de concluir o ensino fundamental, enquanto para outros a bolsa foi decisiva, mas não suficiente haja vista que houve evasões (dados extra- oficiais).

A investigação teórica nos possibilitou compreender que os pressupostos que orientam a política do ProJovem enfatizam a formação de capital humano, partindo da concepção de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, é um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade. Tal princípio aplicado ao campo educacional se apóia numa concepção tecnicista de ensino, o que acaba por entrelaçar formação técnica e humana, predominando dessa forma a idéia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, e que o indivíduo, ao educar-se, estaria “valorizando” a si próprio.

Verificamos que estas políticas, devido as suas limitações explicitam as suas contradições e paradoxos. Isto é, como incluir batalhões de desempregados “semi-qualificados” numa esfera produtiva estagnada. Partimos do pressuposto, que a educação pode ser um importante instrumento de emancipação humana. As políticas públicas educacionais podem ensejar ações emancipatórias e é nesse que a utilização desta ferramenta deve ser acompanhada da percepção e crítica.



## REFERENCIAS:

ABRAMO, H. Wendel. **Considerações sobre a Tematização Social da Juventude no Brasil.**

Revista Brasileira de Educação. N°06 Dez,1997

ANDERSON, Perry. **Pos-Neoliberalismo** : as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra,1995

BARBOSA, Zulene Muniz. **MARANHÃO, BRASIL:** lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo . Tese de doutorado . PUCSP 2002.

COSTA, Marcio da (2007) Notas Sobre uma Política Nacional para Jovens de Baixa Escolaridade. Revista Contemporânea de Educação V. 03.

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO,2004

DEMO, Pedro. **Menoridade dos Mínimos Sociais-** encruzilhadas da assistência social no mundo de hoje. In Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo Editora Cortez, 1997.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO 10/2007.

DIEESE (1999). **Emprego e Desenvolvimento Tecnológico.** São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT.

DI PIERRO, Maria Clara . **Notas Sobre a Redefinição da Identidade e das políticas Públicas de Inclusão de Educação de Jovens e Adultos no Brasil**

DUPAS, Gilberto. “**Economia Global e Exclusão Social –** pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo”. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS- FGV (2001). **Mapa do Fim da Fome no Brasil.**

POCHMANN, M. **A Batalha do Primeiro Emprego.** São Paulo: Publisher Brasil, 2000